

# Em causa estão as ligações marítimas aos Açores e à Madeira

## Serviços mínimos poderão não estar garantidos devido à greve dos estivadores em Lisboa

A Associação de Empresas de Trabalho Portuário de Lisboa (A-ETPL) admite “não ter condições para satisfazer os serviços mínimos decretados pelo Governo da República perante a greve dos estivadores” visto não ter trabalhadores suficientes “para cumprir as exigências”. A segunda greve dos estivadores teve início na passada segunda-feira, dia 9 de Março, prolongando-se até ao dia 30 deste mês.

O Governo da República aumentou os serviços mínimos para os Açores e para a Madeira durante a greve dos estivadores de Lisboa. No entanto, no porto de Lisboa estão em risco de não serem cumpridos. A Associação de Empresas de Trabalho Portuário de Lisboa alega não ter mão-de-obra perante as exigências do Governo.

Perante a greve que teve início anteontem, o Governo reforçou os serviços mínimos. Sendo assim, os estivadores deverão processar todas as cargas e as descargas relativamente aos navios com origem para as regiões autónomas. Mas a Associação veio refutar que grande parte dos trabalhadores estará indisponível para trabalhar nas próximas semanas, levando então a uma situação de possível ruptura de abastecimento de mercadorias nos Açores visto que actualmente o transporte marítimo é o único que efectua transporte de cargas para o arquipélago.

A primeira greve dos estivadores de Lisboa ocorreu entre 19 de Fevereiro e 9 de Março de forma parcial, tendo apenas um terminal do Porto de Lisboa sido afectado, onde foram registados apenas alguns atrasos e constrangimentos.

Nesta segunda greve, mais do que um terminal do Porto de Lisboa e o terminal de Setúbal estão afectados pela paralisação, o que poderão provocar ruptura do abastecimento. Devido a esta situação, o Porto de Leixões é a alternativa para os transportes marítimos de carga.

No entanto, a mesma foi prolongada até ao final deste mês de Março. A Associação abriu um processo de insolvência devido à situação financeira complicada que atravessa.

### Ruptura no abastecimento aos Açores é uma preocupação

A Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha, em declarações à comunicação social admitiu que possam existir problemas em garantir os serviços mínimos: “neste momento, estamos em contacto permanente com os armadores. Nenhum deles ainda sentiu nesta segunda fase de greve esse tipo de constrangimento visto que estão em viagem de ou para Lisboa, mas antevêm com alguma preocupação a possibilidade



Ana Cunha, Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas: “O Governo Regional dos Açores está atento”.



Paulo Moniz “propôs ao Governo da República que decretasse a requisição civil dos estivadores do Porto de Lisboa”.

de existir essa dificuldade. O Governo Regional dos Açores está atento e preocupado e solicitará, como fez no primeiro período de greve, a fiscalização do cumprimento dos serviços mínimos e irá actuar

em conformidade junto e com o Governo da República.”

Paulo Moniz, deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, propôs ontem “que o Governo da República decretasse a

requisição civil dos estivadores do Porto de Lisboa”. Para o deputado, “há que antecipar e proteger a economia dos Açores. Se a empresa de trabalho portuário diz que dificilmente haverá condições para cumprir os serviços mínimos, então só existe uma solução: ser previdente e decretar a requisição civil”. Acrescentou que devido ao facto de se desconhecer “o real impacto do COVID-19, também nos Açores, deve haver um especial cuidado aos níveis de stock de mercadorias, não se podendo ficar à mercê de não saber o que pode acontecer”.

“Estando em risco o cumprimento dos serviços mínimos, como foi noticiado, é o normal funcionamento da economia dos Açores que fica em causa, assim como o abastecimento às nossas populações. Sendo que se avizinhm meses de incerteza, também por causa do Coronavírus, uma região como a nossa, totalmente dependente do transporte marítimo de mercadorias, não pode estar sujeita a esta incerteza sobre o cumprimento dos serviços mínimos”, referiu o deputado social-democrata.

Paulo Moniz frisou ainda o facto de que o transporte de mercadorias ser “essencial, por exemplo, para as indústrias dos lacticínios dos Açores, cujas exportações são um dos motores da economia regional. Os sectores exportadores da economia açoriana que necessitam do transporte marítimo de carga não podem ser prejudicados. E recorrer ao Porto de Leixões não é uma alternativa, pois as mercadorias têm que ser transportadas por via terrestre para Lisboa, com custos acrescidos para as nossas empresas.”

Para o presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Rodrigo Rodrigues, “é uma situação preocupante. Se a própria associação diz ser difícil garantir as obrigações de serviço mínimo como elas estavam, agora parece-nos que é nítido que não vai acontecer esse cumprimento”. Como refere Rodrigo Rodrigues, “somos uma Região que vive às custas das mercadorias que cá chegam e saem e não podemos ficar à maré de uma greve. Há aqui responsabilidades que têm de ser cotadas e uma vez que já foi anunciada antecipadamente essas dificuldades, é bom que se veja com urgência para que depois não venhamos chorar sobre o leite derramado.” Apesar de algumas ilhas estarem mais preparadas, acrescenta que existem outras “que